



REFLEXÕES SOBRE A 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE

Karl Natã A. A. Guedes
Mara Gueller Lins
Marcelo Walter Antonio
Robson Geovane Miguel
Josiney Danguí
Fernando Augusto Starepravo

Faculdade Guairacá – Guarapuava – Paraná

RESUMO

As Conferências Nacionais do Esporte são importantes iniciativas para o esporte e o lazer no Brasil. Porém, poucos são os trabalhos acadêmicos que tratam de tal tema, sendo uma discussão ainda marginal no subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer. Buscando ajudar a suprir essa lacuna, o presente trabalho buscará discutir especialmente a III Conferência Nacional do Esporte no que diz respeito ao conteúdo aprovado na plenária final da etapa nacional em algumas das dez linhas estratégicas de ação, que sugeriram metas e ações para o plano decenal de esporte e lazer no Brasil. Para tanto foram consultados os documentos referentes à III Conferência Nacional do Esporte, disponíveis no site do Ministério do Esporte, buscando refletir criticamente sobre as deliberações.

Palavras-chave: *Conferência Nacional do Esporte, política públicas, esporte e lazer.*

SUMMARY

The National Conference of Sports are important initiatives for sport and leisure in Brazil. However, there are few academic papers that address this issue, but a discussion is still marginal in subfield scientific / academic policies of public sports and leisure. Seeking help fill this gap, this paper aims to discuss especially the Third National Conference of Sports in regard to the content approved at the final plenary of the national phase in any of the ten strategic lines of action, which suggested goals and actions for the ten-year plan sport and leisure in Brazil. Therefore, we found documents relating to the Third National Conference on Sports, available from the Sports Ministry, seeking to reflect critically on the deliberations.

Keywords: *National Conference of Sport, public policy, sport and leisure.*

RESUMEN

Las Conferencias Nacionales de Deportes son iniciativas importantes para el deporte y el ocio en Brasil.



Sin embargo, hay pocos trabajos académicos que abordan este tema, pero la discusión sigue siendo marginal en el subcampo científico-académica de las políticas deportivas públicas y de ocio. Busco ayudar a llenar este vacío, este artículo se propone discutir en particular la Tercera Conferencia Nacional de Deporte en relación con el contenido aprobado en la plenaria final de la fase nacional en cualquiera de las diez líneas estratégicas de acción, lo que sugiere objetivos y acciones para el plan de diez años deporte y tiempo libre en Brasil. Por lo tanto, se encuentran los documentos relativos a la Tercera Conferencia Nacional de Deportes, disponible en el Ministerio de Deportes, tratando de reflexionar críticamente sobre las deliberaciones.

Palabras clave: Conferencia Nacional de Deporte, políticas públicas, deporte y ocio.

Introdução

As Conferências Nacionais do Esporte, convocadas pelo Decreto Presidencial de 21 de janeiro de 2004, configuram-se com um espaço de debate, formulação e deliberação das políticas públicas de esporte e lazer para o Brasil. A I Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2004, mobilizou cerca de 80 mil pessoas, 873 municípios, 26 estados e Distrito Federal em suas etapas (municipais, regionais, estaduais e nacional), e teve como tema Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano.

Com efeito, envolveram-se na dinâmica da 1ª Conferência Nacional os segmentos integrantes da comunidade esportiva – atletas, clubes, federações, confederações, comitês olímpico e para-olímpico, gestores, estudiosos do fenômeno esportivo e do lazer – como também os movimentos sociais e populares que se relacionam com essas práticas sociais a partir da compreensão de que elas integram o processo de desenvolvimento humano [...]. Foram 60 conferências municipais e 116 regionais, responsáveis pelo efetivo envolvimento, nessas etapas, de 873 municípios. Vinte e seis conferências estaduais e a do Distrito Federal foram, por sua vez, motivadoras da mobilização de 2.500 municípios e da indicação para a etapa nacional de 861 delegados, dos quais 208 do gênero feminino (CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÃO JÚNIOR, 2009, p. 64).

A I Conferência teve como resultado a aprovação dos referenciais para a construção da Política Nacional do Esporte, aprovada pelo Conselho Nacional do Esporte em junho de 2005, e a indicação da necessidade de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, temática da II Conferência, prevista para abril de 2006 (BRASIL, 2006).

Aliás, a Política Nacional do Esporte constitui um importante balizador para as ações no interior do subcampo político/burocrático de esporte e lazer no Brasil. Sua última versão havia sido elaborada na década de 1970, durante o regime militar no país, e tinha como principais objetivos a massificação do esporte, a representação nacional e a aptidão física da população. Sua nova versão, elaborada em 2005, caminha no sentido de buscar a democratização e universalização do esporte e lazer, o desenvolvimento da cidadania e o incentivo ao esporte em suas diferentes manifestações. São objetivos da Política Nacional do Esporte:

- Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.
- Promover a construção e o fortalecimento da cidadania assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerente.



- Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer.
- Fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos.
- Incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas de rendimento promovendo a democratização dessa manifestação esportiva (BRASIL, 2005, p. 33).

Já a II Conferência Nacional do Esporte buscou uma discussão e reflexão avaliativa da implementação da Política de Esporte no Brasil, visando a (re) construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo em conta as esferas local, municipal, regional, estadual e federal, os poderes, as instâncias e instituições que o constituem, bem como as responsabilidades sociais que lhe competem, procurando avançar na articulação das ações dos agentes que atuam nesse segmento, oferecendo à sociedade serviços de qualidade que garantam o acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais (BRASIL, 2006).

Realizada entre 04 e 07 de maio de 2006, a etapa nacional da II Conferência Nacional do Esporte foi precedida de 26 conferências estaduais e uma no Distrito Federal, além de 326 encontros municipais e regionais que envolveram diversos setores. Foram 2242 municípios e mais de 43 mil pessoas envolvidas diretamente com as etapas (BRASIL, 2009b). A etapa nacional contou com a participação direta de 1800 agentes distribuídos entre delegados eleitos nas etapas estaduais, indicados pelos Ministérios e Secretarias Especiais do Governo Federal, gestores estaduais de esporte e lazer, membros titulares do Conselho Nacional de Esporte e do Conselho Nacional de Atletas, representantes das comissões específicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, representantes das entidades nacionais de administração de esporte, representantes da sociedade civil organizada e partidos políticos, convidados e observadores (BRASIL, 2009b).

A última Conferência Nacional do Esporte (terceira edição) foi realizada durante o primeiro semestre de 2010, sendo que a etapa nacional da Conferência ocorreu entre os dias 03 e 06 de junho daquele ano. Seu objetivo foi “discutir e aprovar o Plano Decenal de Esporte e Lazer com linhas estratégicas e ações, visando ao desenvolvimento de esporte e lazer no país” (BRASIL, 2010). Para tanto foi organizada em etapas livre, preparatórias, municipais e/ou regionais, estaduais e nacional, partindo das premissas de organização de demandas comuns, articulação com o Estado, divulgação e materialização dos avanços do esporte e lazer, participação da elaboração de políticas públicas, e ampliação e qualificação do controle social. Foram traçadas dez linhas estratégicas que nortearam os debates nas diversas etapas da Conferência Nacional do Esporte, a saber: Sistema Nacional de Esporte e Lazer; Formação e Valorização Profissional; Esporte, Lazer e Educação; Esporte, Saúde e Qualidade de Vida; Ciência, Tecnologia e Inovação; Esporte de Alto Rendimento; Futebol; Financiamento do Esporte; Infraestrutura Esportiva; Esporte e Economia.

Salvo melhor compreensão, as Conferências representam um avanço na participação popular e representatividade na formulação de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

Jamais em nossa história tivemos, como temos agora, ampla participação da sociedade no processo de formulação das políticas públicas para o esporte e lazer. É uma forte mobilização que se transforma num entendimento nacional pelo esporte e lazer, num sentido amplo e democrático (BRASIL, 2009a, p. 13).



Visualiza-se nas Conferências um instrumento que pode sugerir, na configuração, o modelo de jogos do tipo crescentemente democrático (ELIAS, 2005), pois aproxima os níveis hierarquicamente mais baixos dos níveis mais elevados de tomada de decisão. Isso contrapõe momentos históricos da relação entre Estado e sociedade no âmbito do esporte e lazer, marcados pela presença de relações do tipo oligárquicas.

Não obstante a relevância das Conferências Nacionais do Esporte, poucos são os trabalhos acadêmicos que tratam de tal tema, sendo uma discussão ainda marginal no subcampo (BOURDIEU, 1983) científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer. Buscando ajudar a suprir essa lacuna, o presente trabalho buscará discutir especialmente a III Conferência Nacional do Esporte no que diz respeito ao conteúdo aprovado na plenária final da etapa nacional em algumas das dez linhas estratégicas de ação (dada a limitação espacial do trabalho), que sugeriram metas e ações para o plano decenal de esporte e lazer no Brasil. Para tanto foram consultados os documentos referentes à III Conferência Nacional do Esporte, disponíveis no site do Ministério do Esporte, buscando refletir criticamente sobre as deliberações.

A III Conferência Nacional do Esporte: deliberações da etapa nacional

Como estratégia para a construção do Plano Decenal para o Esporte e Lazer através da III Conferência Nacional foram estabelecidas dez linhas estratégicas, as quais poderiam se desdobrar em até dez ações, e cada uma dessas em até quatro estratégias. Segue abaixo uma síntese das deliberações da etapa nacional da conferência.

Na linha estratégica número 1 – Sistema Nacional de Esporte e Lazer, as ações dizem respeito a criação de órgãos gestores próprios de esporte e lazer no nível federal, estadual e municipal; qualificação da participação popular e dos mecanismos de controle social; propor lei que crie o novo Sistema Nacional de Esporte e Lazer, com destaque aos Projetos Segundo Tempo e Esporte e Lazer da Cidade (PELC) como políticas de Estado; garantir a continuidade de programas e projetos bem-sucedidos realizados pelas Secretarias Municipais e Estaduais que desenvolvem atividades inerentes ao Esporte e Lazer; integração entre o Setor Privado e o Sistema Nacional de Esporte; e promoção da inclusão social pelo esporte e lazer com ampliação e manutenção dos programas esportivos sociais, bem como a desburocratização do processo de formalização dos convênios.

Chama atenção nessa linha a preocupação com a continuidade de programas para além do limite temporal de cada governo, tornando-se políticas de Estado. A necessidade de criação de órgão gestor próprio de esporte e lazer nos municípios e estados parece-nos uma boa iniciativa, mas ela por si só não garante uma política efetiva, sendo interessante por vezes estar inserido em outras pastas que dispõem de maior recurso e com as quais o esporte e lazer tem interface, como na Educação ou Saúde. A desburocratização do processo de formalização dos convênios, por sua vez, representaria um grande avanço já que hoje muitos municípios, estados e outras entidades deixam de realizar convênios por falta de capacidade técnica e pelo excesso de burocracia.

A segunda linha estratégica da III CNE, Formação e Valorização Profissional estabeleceu oito ações: criação da Política Nacional de Formação Permanente e Continuada de Esporte e Lazer; implementação de ações de formação continuada e permanente e valorização profissional; profissionalização e qualificação da gestão esportiva e de lazer em governança e técnicas; qualificação de profissionais de Educação Física; promover a intersetorialidade entre os Ministérios do Esporte, da



Educação e da Saúde para o desenvolvimento pleno da formação continuada e permanente em Educação Física, esporte e lazer; investir na formação profissional continuada e permanente para atendimento aos grupos especiais e da terceira idade, às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e também àquelas em situação de vulnerabilidade social; criação de uma política de conscientização para promoção do esporte e do lazer e a valorização do profissional de Educação Física; e estímulo ao trabalho de marketing e mídias esportivas. As ações caminham no sentido de promover a qualificação profissional. Todavia, não estabelecem metas concretas de ação que possam ser implantadas e superem esse grande entrave ao desenvolvimento de políticas públicas efetivas de esporte e lazer no Brasil.

A terceira linha, Esporte, Lazer e Educação, traçou como ações: ampliação e qualificação do atendimento, monitoramento, manutenção e avaliação de resultados dos programas sociais do Ministério do Esporte; ampliação e qualificação das ações intersetoriais dos programas do Governo Federal; desenvolvimento do Esporte, do Paradesporto e Desporto de Surdo Escolar, Universitário e comunitário; desenvolvimento de Festivais, Jogos e competições Escolares e comunitárias; estímulo à criação e qualificação de programas, projetos e atividades educacionais do esporte, paradesporto, desporto de surdo e lazer nos setores governamentais e não governamentais; inclusão social, acessibilidade e diversidade por meio de programas de esporte, paradesporto, desporto de surdo, lazer e educação; instituição de canais entre o Ministério do Esporte e Ministério da Educação para a melhoria de oferta da disciplina de Educação Física no ensino básico; implementação de programas federais de esporte, paradesporto, desporto de surdo e lazer.

Esporte, cultura e educação tem relações claras e precisam ser melhor refletidas. Entendendo que a educação se dá em ambientes formais e não formais, e que o esporte pode ter sua manifestação educacional, visualizamos que isso extrapola ações pontuais, e que a relação deve ser observada no aspecto estruturas.

A quinta linha é nomeada de Ciência e Tecnologia teve como ações: promoção da gestão do conhecimento e da informação de esporte e lazer; ampliação do apoio e fomento às pesquisas para a qualificação de políticas públicas de esporte e lazer; avaliação continuada das políticas públicas de esporte e lazer; potencialização e ampliação das redes de pesquisa, formação e informação do esporte e lazer; construção e/ou implantação de laboratórios de pesquisas e inovações tecnológicas no esporte; fomento a intercâmbios, eventos, publicações e difusão científica, tecnológica e de inovação; apoio e fomento a produção nacional e importação de equipamentos; apoio à preservação da Memória do Esporte, do Lazer e da Educação Física; e valorização por meio de premiação da produção científica, tecnológica e práticas inovadoras para o esporte e o lazer.

Muito do que foi previsto nessa linha já vem sendo implementado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, através do PELC. Todavia, o grande desafio nos parece constituir redes que funcionem como tais, e que a produção do conhecimento chegue como subsídio à formulação e implementação das políticas públicas de esporte e lazer.

A sexta linha, destinada ao esporte de alto rendimento, sendo suas ações: promoção do esporte de rendimento para projetar o Brasil como potência esportiva mundial; criação e implantação do Plano de Alto Rendimento permanente a partir de planejamento integrado por modalidades, com gestão de profissionais especialistas nas ciências do esporte e gestão esportiva, por meio de mecanismos jurídicos; ampliação das funções da Secretaria Nacional de Esporte de Rendimento do Ministério do Esporte; implantação de uma Política Nacional de Educação, Prevenção e Controle de Dopagem; implantação de sistema de esporte universitário visando à formação do atleta de alto rendimento; potencialização dos



esportes radicais com a criação do Programa Brasil Radical; desenvolvimento de programa de transporte, saúde e treinamento com assessoria multidisciplinar especializada para o atleta de alto rendimento; promoção de eventos esportivos; desenvolvimento do esporte de alto rendimento em diferentes níveis escolares possibilitar aos alunos das instituições públicas e privadas a progredir no processo de formação; e, criação de uma estrutura política esportiva padronizada desde as escolas até os centros de excelência.

Uma inconsistência nos parece a inversão da lógica, sendo pautando a ação pelo final do processo, ou seja, o resultado. Deve-se pensar em um processo, que trará repercussões provavelmente no médio prazo, através de um conjunto de ações desde a formação de atletas até a reinserção social dos ex-atletas.

O futebol (Linha 7) da III Conferência Nacional do Esporte, implantando políticas de segurança e prevenção da violência nos estádios, de forma que promova campanhas educativas combatendo a violência e o racismo, buscando a inclusão de varas civis e criminais efetivando o estatuto do torcedor e agindo junto as torcidas organizadas garantindo a aplicabilidade da lei e a criação de um cadastro nacional do torcedor.

Estimular parcerias entre clubes, escolas e ensino superior para a formação dos atletas, valorizar e desenvolver o futebol feminino seja ele nas escolas, escolinhas ou clubes, de maneira que sejam promovidos campeonatos estaduais, regionais e nacionais, com o apoio dos clubes que disputam as categorias do campeonato brasileiro, criando também um programa de bolsas, incentivando o futebol feminino em todos os níveis de ensino.

Ampliar o apoio à base do futebol amador, possibilitando auxílio financeiro, sendo este desenvolvido em todos os níveis e categorias, tanto no masculino quanto no feminino, criar escolinhas de futebol gratuitas integrando o futebol nas escolas, associações e comunidades ocasionando assim a revelação de talentos, Fazendo com que estas escolinhas não estejam ligadas aos clubes profissionais, para que no caso de alguma transferência ocorra retorno financeiro as escolinhas que neste caso serão as categorias de base.

Deverá também ocorrer à valorização do futebol adaptado, onde se investirá na organização de campeonatos e torneios, estimulando e possibilitando dessa forma à inclusão social. Ampliar a infraestrutura para a prática do futebol e recuperar as já existentes, e criar projetos que exerçam influência de movimentação do futebol tanto na zona rural quanto na zona urbana, relacionando essa prática ao desempenho escolar.

Sem dúvidas todas estas metas e ações no futebol são de grande importância para o crescimento e desenvolvimento da modalidade, mas quando se trata do desenvolvimento humano, social e político da sociedade, devemos abrir os olhos das pessoas para inúmeras irregularidades esportivas do país, sendo assim o investimento, a criação de estatutos, a busca por apoios, a ampliação da infra-estrutura e o combate à violência e ao racismo estão diretamente ligados aos outros esportes, pois podemos investir em diversas modalidades esportivas, afinal somos um país onde desde muito cedo se ouve falar de futebol, mas todos os esportes educam e nos afastam das drogas, da marginalidade, da violência e da miséria.

O investimento e a elaboração de projetos que auxiliem a escola na educação, são de suma importância para o país e é por meio dessas metas e ações, tanto no futebol quanto em outra modalidade esportiva que percebemos o quanto podemos fazer pela educação, pelo esporte e pela sociedade, garantido melhores condições de estudo, lazer, trabalho e bem estar.

Em relação a infra-estrutura esportiva citada na linha 9, tem como primeira ação construir e a manutenção das estruturas esportivas, tanto em relação a estruturas particulares e públicas, para o lazer a adequação e qualificação dos espaços disponíveis para as prática, e de acordo com a acessibilidade dos



locais. Não há referências às escolas ficando elas sem esses espaços físicos adequados disponíveis para a realização das diversas práticas.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou discutir especialmente a III Conferência Nacional do Esporte no que diz respeito ao conteúdo aprovado na plenária final da etapa nacional em algumas das dez linhas estratégicas de ação. Visualizamos que as conferências são importante instrumentos de democratização e participação popular. Todavia, o conteúdo das resoluções mostraram várias limitações, propostas inviáveis, incompletas e sem grandes reflexões. Nesse sentido, sugere-se que as resoluções passem por um tratamento por parte de equipes técnicas e/ou acadêmicas, para que possam ao menos em parte subsidiar as ações estatais do esporte e lazer.

Referências

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Brasília, 2005.

_____. **II Conferência Nacional de Esporte – Texto Básico**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2006.

_____. Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado. **Caderno I: Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano**. Brasília: Ministério do Esporte, 2009a.

_____. Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado. **Caderno II: Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano**. Brasília: Ministério do Esporte, 2009b.

_____. **III Conferência Nacional de Esporte – Texto Básico**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2010.

CASTELLANI FILHO, L.; VERONEZ, F. L. C.; LIÃO JÚNIOR, R. O esporte recreativo, o lazer, a saúde, a ciência & tecnologia no âmbito da política nacional do esporte no 1º governo Lula – 2003/2006. Publicado em 09 de fevereiro de 2002. Disponível em <http://observatoriodoesporte.org.br/o-esporte-recreativo-o-lazer-a-saude-a-ciencia-tecnologia-no-ambito-da-politica-nacional-do-esporte-no-1%C2%BA-governo-lula-%E2%80%93-20032006/>. Acesso em 10 de setembro de 2010.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Edições 70, 2005.

Resoluções da III Conferência Nacional do Esporte. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/resolucoesIIICNE.jsp>. Acesso em 10 de outubro de 2010.



Contato:

FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO

Rua Pedro Huk, 46 Bairro Uberaba

CEP 81550-230 Curitiba – PR

e-mail: fernando.starepravo@hotmail.com

Recurso tecnológico: Nenhum (pôster)